



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016 MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano 2016 foi um ano duro para a economia do Brasil que encolheu 3,6%, sacramento a pior recessão desde o ano de 1948 - quando se deu início a série histórica do Produto Interno Bruto (PIB) -, ano em que o país passou a contabilizar uma média de 13 milhões de desempregos e quando a renda per capita do brasileiro passou a acumular uma retração de 11% nos últimos onze trimestres. Dentro deste cenário, o mercado de gás natural do Brasil também foi especialmente afetado. Considerando a nova configuração do mercado, a qual traz um desafio importante para a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, e tendo em vista o modelo de governança norteado nos objetivos estratégicos, estabelecimento de metas e indicadores, todos previstos no seu Plano de Negócios e na Estratégia com prazo no período 2017-2021. Nele constam investimentos previstos em torno de R\$ 230 milhões, dos quais R\$ 50 milhões captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil, e o restante, com recursos próprios. O planejamento da Companhia resultou de uma metodologia baseada nas melhores práticas de gestão com a participação direta do contingente de gestores e colaboradores através de fóruns que promoveram discussões no sentido de obter um quadro dos resultados e viabilizar uma análise das principais causas e efeitos dos atos de administração, possibilitando ter clareza das ameaças e oportunidades a serem trabalhadas nos próximos cinco anos sem perder o foco na Visão, Missão e Valores da Copergás. A companhia se encontra entre as cinco maiores em movimentação de gás natural do país, ultrapassando, inclusive, a barreira das distribuidoras com faturamento acima de R\$ 1 bilhão, marco esse possível em virtude de adequadas decisões estratégicas mesmo diante de uma adversidade macroeconômica e mercadológica. Relativamente à carteira de clientes, a Copergás atingiu a marca de 25 mil usuários, com uma participação expressiva do segmento residencial. Os resultados econômicos também apresentaram melhora no período, fruto do fim da controvérsia existente na comercialização de gás termelétrico, em virtude de alteração da lei de isenção de ICMS para energia termelétrica por parte do Governo do Estado de Pernambuco. As ações de caráter estruturantes foram determinantes para assegurar uma maior presença da companhia no processo de interiorização do gás, em especial a conclusão do Gasoduto Caruaru-Belo Jardim, o qual abre a perspectiva para a distribuição de Gás Natural chegar ao sertão pernambucano. Com investimento de R\$ 60 milhões e 53 km de extensão, o gasoduto foi a maior obra realizada pela Companhia em 2016, cumprindo todos os prazos de execução. Também em 2016, a Copergás atingiu 700 km de gasodutos, instalados na Região Metropolitana e no Agreste pernambucano, despontando como uma das maiores redes de distribuição de gás natural do Nordeste e como indutora do desenvolvimento no Interior pernambucano. Entre os segmentos que estão em evolução, destaca-se o residencial/comercial que a partir de 2016 iniciou um novo trajeto. Bairros antes não beneficiados pelo gás natural, como Graças, Espinheiro, Afritos, Torre e Madalena, no Recife, começaram a ganhar os primeiros gasodutos. A expansão vai abranger 20 novas localidades, na Região Metropolitana, com extensão total de 72,8 km e um investimento de R\$ 30,3 milhões. Ainda em 2016, a Copergás implantou a metodologia de Orçamento Base Zero (OBZ), mecanismo que permite elaborar o planejamento orçamentário sem considerar receitas, custos, despesas e investimentos de exercícios anteriores, permitindo melhor otimização dos gastos. Como resultado, obteve uma redução de 12% das despesas, excluindo os gastos com pessoal e contribuições à Agência Reguladora de Pernambuco (ARPE). Mesmo diante do cenário econômico de 2016, a Copergás enfrentou seus desafios com confiança e muita disposição para o crescimento, e em todas as suas ações demonstrou um firme compromisso com a responsabilidade ambiental e social, como vetores imprescindíveis para o desenvolvimento do estado de Pernambuco, para isso contou com a forte parceria dos stakeholders, acionistas e clientes.

1. PERFIL DA EMPRESA

Empresa de economia mista com capital fechado e composto pelo Estado de Pernambuco, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, desde junho de 1994, é a responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado. Segunda distribuidora do Nordeste e a quinta do Brasil em movimentação de gás natural com uma média de 4,7 milhões de metros cúbicos/dia, a Copergás também figura como a primeira do País a conquistar a tríplice certificação no Sistema de Gestão Integrado (SGI) que reúne as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

2. NOSSA IDENTIDADE

Missão	Visão	Valores
Distribuir o gás natural em todo o Estado de Pernambuco com Sustentabilidade e foco na Excelência da Gestão, visando superar as expectativas dos Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Acionistas e Sociedade.	Ser uma das cinco maiores distribuidoras do País em volume de gás natural movimentado e referência nacional como modelo de gestão na distribuição de gás natural até 2024.	-Valorização das Pessoas -Segurança Operacional -Responsabilidade Social e Ambiental -Qualidade no atendimento ao Cliente -Melhoria Contínua -Gestão Transparente e Participativa -Ética no relacionamento -Criatividade e Inovação -Comprometimento com os Resultados.

Atender e satisfazer às expectativas de seus clientes, é uma das diretrizes da Copergás, como parte de sua missão, visão e valores. Para isso, tem empregado recursos materiais e humanos que beneficiam a sociedade e, especificamente, comunidades dentro da abrangência de sua atuação.

3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Acionista	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
ESTADO DE PERNAMBUCO	51,0%	0,0%	17,0%
PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO	24,5%	50,0%	41,5%
MITSUI GAS E ENERGIA DO BRASIL LTDA	24,5%	50,0%	41,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

4. GOVERNANÇA

Instância	Membro	Representante do acionista
Conselho de Administração	Thiago Arraes de Alencar Norões	Estado de PE
	João Bosco de Almeida	
	Décio José Padilha da Cruz	
	Djalma Roque de Amorim Júnior	
Conselho Fiscal	Raimundo Barreto Bastos (Vice-presidente)	Gaspetro
	José Francisco de Melo Cavalcanti (até 19/12/2016)	Estado de PE
	Marcos Baptista Andrade (a partir de 20/12/2016)	
	Renato Xavier Thiebaut	
	Sileno Sousa Guedes	
	Marcos Aurélio Manhães Silva (até 29/06/2016)	
Valdecir Bertaglia (a partir de 30/06/2016)		
Diretoria Executiva	Giovane Silva da Rosa (até 19/04/2016)	Mitsui Gás
	Eliana de Menezes Bandeira (a partir de 20/04/2016)	
	Décio José Padilha da Cruz (Diretor-Presidente)	Estado de PE
	Jailson José Galvão (Diretor Técnico-Comercial)	Gaspetro
	Rafael Antonio Bettini Gomes (Diretor Administrativo-Financeiro)	Mitsui Gás

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS COPERGÁS

5. ASPECTOS CORPORATIVOS - Ações desenvolvidas ao longo de 2016, tanto administrativas, quanto voltadas para programas de gestão, foram fatores que ajudaram a Copergás em seu desempenho durante o ano. Estas iniciativas, administrativas ou diretamente atreladas ao mercado de gás natural, contribuíram para que a Copergás atingisse o reconhecimento social por suas atividades como relacionadas a seguir: - Pela primeira vez, desde a sua criação, a Copergás alcançou um faturamento superior a R\$ 1 bilhão; - A Copergás mantém a certificação pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no Sistema de Gestão Integrada (SGI) que engloba as normas ISO 9001:2008 - Gestão da Qualidade, 14001:2004 - Gestão de Meio Ambiente e OHSAS 18001:2007 - Gestão de Saúde e Segurança; - O terceiro concurso público da Copergás foi realizado em julho com os primeiros aprovados convocados antes do final de 2016; - Implantação e elaboração do Orçamento Base Zero; - Criação da Coordenadoria de Controle Interno (CCIN) e da Coordenadoria de Planejamento Corporativo (CPLA); - Início das obras de expansão do segmento residencial/comercial na Zona Norte do Recife; - O gasoduto Caruaru-Belo Jardim foi concluído, dentro do prazo estabelecido, e inaugurado no mês de setembro; - A Copergás atingiu a marca de 25 mil consumidores residências; - A rede de distribuição da Copergás alcançou os 700 km de extensão;

6. AMBIENTE REGULATÓRIO

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é a responsável pela regulamentação das atividades de produção, importação/exportação, transporte, processamento/tratamento, estocagem e comercialização de gás natural. No Brasil, a regulação ocorre de acordo com as atividades desenvolvidas. Em Pernambuco a atividade de distribuição de gás canalizado - área de concessão da Copergás - é regulada pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). É a ARPE que tem a função de cumprir e fazer cumprir o contrato de concessão e gerir os demais documentos referentes à regulação da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado. Além disso, ela é responsável por intermediar a relação entre o poder concedente, a concessionária de serviço público e os usuários. Em 2016 a COPERGÁS obteve autorização da ARPE para reajuste de sua Margem Operacional Média Bruta em 18,08%, exceto para os segmentos residencial e comercial, com vigência a partir de 01 de maio de 2016.

7. ATENDIMENTO AO MERCADO DE GÁS NATURAL

Ao finalizar 2016 a Copergás, presente em 28 municípios pernambucanos, alcançou a marca de 25.521 usuários e o consumo médio de 1.247.527 m³/dia, no mercado não termelétrico, o que representa o crescimento de mais 24,84% no número de clientes e mais 1,29% em relação ao volume de vendas médias de 2015.

Tabela 1 - Histórico de comercialização

Segmento	2014			2015			2016		
	Volume, m ³ /dia	Volume, m ³ /dia	Evolução, %	Volume, m ³ /dia	Volume, m ³ /dia	Evolução, %	Volume, m ³ /dia	Volume, m ³ /dia	Evolução, %
Industrial	1.006.121	1.011.552	+0,54%	1.022.342	1.022.342	+1,07%	1.022.342	1.022.342	+1,07%
Veicular	163.184	156.870	-3,87%	166.000	166.000	+5,82%	166.000	166.000	+5,82%
Residencial/Comercial	15.312	15.575	+1,72%	14.962	14.962	-3,94%	14.962	14.962	-3,94%
Cogeração	36.047	47.696	+32,32%	44.224	44.224	-7,28%	44.224	44.224	-7,28%
Total não-termelétrico	1.220.664	1.231.694	+0,90%	1.247.527	1.247.527	+1,29%	1.247.527	1.247.527	+1,29%
Termelétrico	1.999.460	1.645.207	-17,72%	2.030.284	2.030.284	+23,41%	2.030.284	2.030.284	+23,41%
Autoprodutor	0	79.952	NA	1.436.821	1.436.821	+1.697,10%	1.436.821	1.436.821	+1.697,10%
Total	3.220.124	2.956.853	-8,18%	4.714.632	4.714.632	+59,48%	4.714.632	4.714.632	+59,48%

Tabela 2 - Histórico do número de usuários

Segmento	2014			2015			2016		
	nº usuários, UC	nº usuários, UC	Evolução, %	nº usuários, UC	nº usuários, UC	Evolução, %	nº usuários, UC	nº usuários, UC	Evolução, %
Industrial	92	93	+1,09%	90	90	-3,23%	90	90	-3,23%
Veicular	71	71	0,00%	69	69	-2,82%	69	69	-2,82%
Residencial/Comercial	16.059	20.280	+26,28%	25.363	25.363	+25,06%	25.363	25.363	+25,06%
Cogeração	1	1	0,00%	1	1	0,00%	1	1	0,00%
Termoelétrico	1	1	0,00%	1	1	0,00%	1	1	0,00%
Autoprodutor	0	1	0,00%	1	1	0,00%	1	1	0,00%
Total	16.219	20.447	+26,07%	25.521	25.521	+24,84%	25.521	25.521	+24,84%

Segmento Automotivo

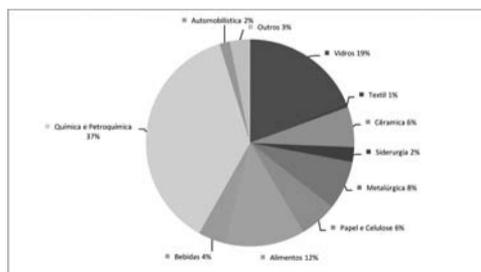
A Copergás se faz presente na distribuição de gás automotivo em 19 municípios, conforme quadro apresentado abaixo:

Via Gasoduto	Via GNC
Abreu e Lima; Cabo de Santo Agostinho; Camaragibe; Goiana; Gravata; Igarassu; Jaboatão dos Guararapes; Olinda; Paulista; Pombos; Recife; Vitória de Santo Antão.	Belo Jardim; Carpina; Caruaru; Palmares; Surubim; Taquaritinga do Norte; Garanhuns.

Em 2016, o gás automotivo atingiu a média de 166.000 m³/dia, dos quais 89,46% corresponderam à distribuição através da rede de gasodutos (GNV) e os demais 10,54% por meio de carretas, na forma de Gás Natural Comprimido (GNC).

Dois importantes convênios para o mercado de gás natural reforçam a sintonia entre órgãos do governo estadual. No primeiro, a Copergás fechou parceria com a Compesa (Companhia de Saneamento de Pernambuco) para instalação de gás natural veicular (GNV) em toda a frota da empresa de saneamento. O outro trata de cooperação técnica, com ações para prevenção de acidentes nas redes de distribuição de gás, água e esgoto. Reuniões mensais acontecem para troca de informações sobre ocorrências que possam causar interferências nas redes das companhias.

Segmento Industrial - Um dos principais mercados consumidores da Copergás e de acordo com a representação na tabela 1, o segmento industrial apresentou um crescimento de 1,07% no ano 2016. A participação dos setores industriais atendidos está demonstrada a seguir:



Do volume total comercializado em 2016, 81,96% foram do segmento industrial. Desse total, 2,34% foi via GNC, para indústrias localizadas nos municípios de Belo Jardim e Carpina.

Segmento Residencial e Comercial

Em 2016, a Companhia expandiu significativamente o número de consumidores residenciais e comerciais, conforme demonstrado na tabela 2. A Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) atende atualmente a 24 bairros das cidades de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Vitória de Santo Antão, Paulista, São Lourenço da Mata e Camaragibe, que são:

Recife	Jaboatão dos Guararapes	Cabo de Santo Agostinho
Afogados; Apipucos; Boa Viagem; Caxangá; Cidade Universitária; Curado; Imbiribeira; Iputinga; Paissandu; Pina; Santo Amaro; Setúbal; Madalena	Piedade; Candeias; Barra de Jangada; Jardim Jordão.	Paiva; Mauriti.
Vitório de Santo Antão	Paulista	São Lourenço da Mata
Redenção.	Centro; Maranguape I.	Muribara.
	Camaragibe	
	Alberto Maia	

8. FINANÇAS

INDICADORES ECONÔMICOS	Unidade	REALIZADO		
		2014	2015	2016
Receita operacional líquida	R\$ 000	770.192	819.315	900.605
	Varição	21%	6%	9,92%
Resultado líquido	R\$ 000	30.602	50.733	70.974
Investimentos	R\$ 000	16.215	51.504	39.722
Despesas operacionais	R\$ 000	45.148	51.978	63.849
Patrimônio Líquido	R\$ 000	219.249	231.415	275.477

A Copergás registrou aumento de 9,92% da receita operacional líquida em 2016, em comparação ao exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$70.974 mil, equivalente a 7,88% da receita operacional líquida.

9. CAPITAL HUMANO

Tendo por princípio o reconhecimento e valorização de seus colaboradores, a Copergás dinamizou programas de capacitação e aperfeiçoamento conforme as necessidades, estratégias e metas de Recursos Humanos. Dessa forma, a Companhia reforça a participação de cada colaborador e sua interação na evolução do mercado de gás natural em Pernambuco. Só em 2016, a Copergás investiu R\$ 186.737,00, no aprimoramento das aptidões e conhecimentos de seus colaboradores, por meio de cursos de especialização, pós-graduação, de idiomas, participação em seminários, palestras e treinamentos variados. Tais medidas aprimoram o crescimento profissional, o comprometimento e a motivação dos colaboradores no desempenho de suas funções diárias. A Copergás é uma empresa que compartilha os lucros com seus colaboradores, através do Programa de Participação nos Resultados e o Programa de Participação nos Lucros vigentes. Em 2016, somou nada menos que R\$ 1.913.897,77, que, após a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, em abril de 2017, serão distribuídos, como participação de resultados para cada colaborador do quadro próprio.

10. CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Entre os valores adotados pela Copergás, a Responsabilidade Social e Ambiental figura como um princípio fundamental que vem alinhado a segurança operacional, ambos imprescindíveis nas atividades que integram a distribuição de gás natural. Na execução dessa atuação, e reforçando o relacionamento comunitário e iniciativas sócio ambientais a Copergás interage com as populações no entorno de sua rede de distribuição oferecendo informações sobre operações, segurança, benefícios e a corresponsabilidade de todos no uso destas áreas.

Voluntariado Social:

Priorizar ações comprometidas com a responsabilidade social e sustentabilidade, com atitudes em prol do desenvolvimento de comunidades ou organizações. Esta é uma das formas de estímulo empregadas pela Copergás para ações voluntárias de seus colaboradores, como as que foram desenvolvidas em 2016 e relacionadas a seguir: - Doação mensal à organização Trapeiros de Emaús de livros didáticos e paradidáticos, roupas, equipamentos de informática, aparelhos eletrônicos, entre outros. Todo material arrecadado é recuperado, se necessário, e destinado à comercialização, cujos recursos são destinados para manutenção da instituição e atividades sociais; - Doação à organização Aldeias Infantis SOS Brasil - PE, destinada às casas abrigos localizadas na Região Metropolitana do Recife; - Projeto de Adoção da Creche Sant'Ana, localizada no bairro da Imbiribeira;

"Distribuição de mudas de plantas durante a Semana do Meio Ambiente, como ação em favor da renovação da vegetação regional, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Prefeitura de Vitória de Santo Antão; - Doação de resíduos recicláveis através da campanha Terracicle.

Patrocínios:

Valorizar arte, cultura, esportes e ciências. Estes são preceitos que a Copergás mantém firme e foram revalidados em 2016. Com isso em suas diretrizes, a Companhia investiu por meio de patrocínios, um total de R\$ 1.055.575,00 durante o ano. Dos projetos contemplados com este apoio consta o Cine PE - Festival do Audiovisual do Recife, Festival Rec Beat, o Abril Pro Rock, o projeto Ganhe o Mundo, Festival Arte na Usina, a Escolinha de Futebol Copergás/Ricardo Rocha, a nadadora Carolline Gomes e projetos dos artistas Josildo Sá e Ayrton Montarroyos.

11. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Devidamente homologado pelo Conselho de Administração, em atendimento às disposições estatutárias, a Copergás, mediante licitação específica, contratou a KPMG Auditores Independentes, que ficou responsável pelos serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis.

12. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2017-2021

Com a ampliação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN), que vai permitir acréscimo no número de consumidores, tanto na Capital, quanto no Interior, a Copergás projeta fornecer um volume de 1,37 milhões de m³/dia até o final de 2021 no segmento não termelétrico. A previsão também inclui a quantidade de usuários do gás natural que deve atingir 61.380 no mesmo período.

No quinquênio 2017-2021, a Companhia investirá R\$ 230 milhões, como demonstrado no seguinte quadro:

	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Investimento	48,32	46,72	39,73	46,25	49,21	230,22
	MM	MM	MM	MM	MM	MM

É importante salientar que a expansão e saturação da RDGN representa aproximadamente 80% sobre o total a ser investido no período.

Recife, 07 de março de 2017.

DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
Diretor Presidente

RAFAEL ANTONIO BETTINI GOMES
Diretor Administrativo-Financeiro

JAILSON JOSÉ GALVÃO
Diretor Técnico-Comercial

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						
ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
CIRCULANTE				CIRCULANTE				Reapresentado			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	77.417.407	26.059.777	Empréstimos e Financiamentos	12	4.866.317	-	RECEITA LÍQUIDA - VENDAS DE GÁS E SERVIÇOS	14.1	900.602.672	819.314.739
Contas de Custódia	4	282.752	282.752	Fornecedores	11	97.935.512	112.859.713	Recarga de Construção	14.6	37.740.295	57.489.841
Contas a Receber de Clientes	5	93.103.659	109.081.694	Obrigações Trabalhistas e Encargos			3.280.715			938.342.967	876.804.580
Estoques		1.891.576	2.335.499	Sociais a Pagar			10.658.500	7.206.672		(773.944.250)	(744.644.095)
Tributos a Recuperar	6.1	20.598.686	20.177.472	Tributos a pagar	6.2				14.6	(37.740.295)	(57.489.841)
Créditos nas Operações de Venda e				Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	10.2					811.684.545	802.133.936
Aquisição de Gás	7	201.590	201.590	Débitos nas Operações de Venda e						126.658.422	74.670.644
Outros Ativos		1.816.079	1.646.161	Aquisição de Gás	7	26.416.761	6.654.605	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Total do Ativo Circulante		195.311.749	159.784.945	Outros Passivos		1.425.292	858.178	Despesas Comerciais	14.2	(9.366.125)	(8.103.583)
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		145.644.748	144.319.394	Despesas Gerais e Administrativas	14.3	(40.468.030)	(29.158.458)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				NÃO CIRCULANTE				Outras Receitas (Despesas) Operacionais	14.4	(2.110.773)	5.472.839
Contas a Receber de Clientes	5	57.342.118	57.337.783	Fornecedores			16.293	LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		74.713.494	42.881.442
Créditos nas Operações de Venda e				Empréstimos e Financiamento	12	13.382.373	-	Receitas Financeiras	14.5	9.197.862	9.771.033
Aquisição de Gás	7	28.925.961	11.337.203	Valores em Controvérsia - Contrato Termopernambuco	18	57.669.306	55.468.533	Despesas Financeiras	14.5	(1.070.825)	(1.146.673)
Depósitos Judiciais	8	11.210.586	14.167.279	Participação Financeira de Clientes	13	11.247.791	11.331.457	LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO		82.840.531	51.505.802
Outros Ativos		1.211.447	-	Outros Passivos		340.642	-	Imposto de Renda	6.3	(16.017.420)	(9.059.175)
Total do Realizável a Longo Prazo		98.690.112	82.842.265	Total do Passivo Não Circulante		82.640.112	66.816.283	Incentivo Fiscal SUDENE	6.3	10.183.079	11.710.582
INTANGÍVEL				PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Contribuição Social	6.3	(6.031.323)	(3.424.118)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	9	209.759.561	199.922.997	Capital Social	10.1	142.208.609	136.232.531	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		70.974.867	50.733.091
Total do Ativo Não Circulante		308.449.673	282.765.262	Reserva de Lucros		92.606.127	84.850.382	RESULTADO POR AÇÃO - Em reais			
TOTAL DO ATIVO		503.761.422	442.550.207	Dividendos Adicionais Propostos	10.2	40.661.826	10.331.617	Básico e diluído	10.2	0,67	0,50
				Total do Patrimônio Líquido		275.476.562	231.414.530				
				TOTAL DO PASSIVO		503.761.422	442.550.207				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015									
Reservas de Lucros									
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	130.498.008	1	22.299.431	54.668.541	76.967.973	11.783.151	-	219.249.132	
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(11.783.151)		(11.783.151)	
Reversão de reserva de retenção de Lucros				(13.459.511)	(13.459.511)			(13.459.511)	
Aumento de capital social conforme 83ª AGE de 27/11/2015	5.734.523	(5.734.523)			(5.734.523)				
Lucro líquido do exercício							50.733.091	50.733.091	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal			2.536.654		2.536.654		(2.536.654)	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros				12.829.207	12.829.207		(12.829.207)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais		11.710.582			11.710.582		(11.710.582)	-	
Dividendos adicionais propostos						10.331.617	(10.331.617)	-	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio							(13.325.031)	(13.325.031)	
Em 31 de dezembro de 2015	136.232.531	5.976.060	24.836.085	54.038.237	84.850.382	10.331.617	-	231.414.530	
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(10.331.617)		(10.331.617)	
Aumento de capital social conforme 88ª AGE de 20/12/2016	5.976.078	(5.976.078)			(5.976.078)				
Lucro líquido do exercício							70.974.867	70.974.867	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal			3.548.744		3.548.744		(3.548.744)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais		10.183.079			10.183.079		(10.183.079)	-	
Dividendos adicionais propostos						40.661.826	(40.661.826)	-	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio							(16.581.218)	(16.581.218)	
Em 31 de dezembro de 2016	142.208.609	10.183.061	28.384.829	54.038.237	92.606.127	40.661.826	-	275.476.562	

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015									
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2016	2015						
Lucro líquido do exercício		70.974.867	50.733.091	Impostos e contribuições		19.808.896	12.991.457		
Despesas que não afetam o caixa:				Participações nos lucros		(969.958)	(605.782)		
Amortizações	9	27.539.011	27.339.161	Participação Financeira de Clientes	13	-	10.040.000		
Valor residual de intangível baixado	9	505.073	220.011	Outros passivos operacionais		21.413.896	17.851.977		
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas				Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos		(455.160)	-		
Atualização monetária de depósitos judiciais	8	(969.798)	(955.855)	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(18.421.429)	(9.443.576)		
Juros provisionados e não pagos	12	455.160	-			(18.876.589)	(9.443.576)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(461.993)	Total das atividades operacionais		109.662.292	70.559.932		
Provisão para PPR	19	1.913.898	969.958	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Varição no ativo		100.536.054	77.799.835	Aplicações no Ativo Intangível	9	(38.245.368)	(57.709.852)		
Contas a receber de clientes		15.973.700	(56.349.785)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Estoques		443.923	(417.537)	Juros sobre o capital próprio		(14.516.857)	(20.358.729)		
Impostos a recuperar		(140.161)	(16.785.268)	Dividendos Pagos		(23.791.128)	(24.533.100)		
Movimentação de depósitos judiciais		3.926.492	-	Empréstimos e Financiamentos Obtidos		19.465.270	-		
Outros ativos operacionais	7	(17.537.805)	(11.671.162)	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos		(1.216.579)	-		
Varição no passivo		2.666.149	(85.223.752)	TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA e EQUIVALENTE DE CAIXA		51.357.630	(32.041.749)		
Fornecedores		(14.916.156)	47.149.773	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		26.059.777	58.101.526		
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		77.417.407	26.059.777		
				VARIAÇÃO NO CAIXA e EQUIVALENTE DE CAIXA		51.357.630	(32.041.749)		

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015														
1 CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL - A Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ("Companhia") tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás. Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 10.656, de 28 de setembro de 1991. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992.					relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas no reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, que também envolvem Valores em Controvérsia (nota explicativa nº 12) e Contas a Receber de longo prazo (nota explicativa nº 5). 2.4 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma. 2.5 Retificação de erros - Reapresentação - Durante o exercício de 2016 a Companhia identificou necessidades de reclassificação em determinados lançamentos refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício 2015, abaixo relacionadas:									
(i) Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2015					(ii) Demonstração de Resultado 31 de dezembro de 2015					(iii) Demonstrações do fluxo de caixa 31 de dezembro de 2015				
					Impactos da retificação de erros									
					Anteriormente apresentado					Anteriormente apresentado				
					Ajustes					Ajustes				
					Reapresentado					Reapresentado				
Total de ativos					442.550.207					442.550.207				
Ativo circulante					171.122.148					159.784.945				
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás					11.538.793 (11.337.203) 201.590					50.733.091 - 50.733.091				
Outros ativos					159.583.355 - 159.583.355					- 220.011				
Ativo não circulante					271.428.059					282.765.262				
Realizável a longo prazo					71.505.062					82.842.265				
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás					- 11.337.203 11.337.203					- (955.855) (955.855)				
Outros ativos					71.505.062 - 71.505.062					- (85.223.752) -				
Ativo intangível					199.922.997					199.922.997				
Total de passivos					211.135.677					211.135.677				
Total do patrimônio líquido					231.414.530					231.414.530				
					Impactos da retificação de erros									
					Anteriormente apresentado					Anteriormente apresentado				
					Ajustes					Ajustes				
					Reapresentado					Reapresentado				
Recarga líquida - vendas de gás e serviços					819.314.739					819.314.739				

CONTINUAÇÃO...			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(57.489.841)	(220.011)	(57.709.852)
Aplicações no Ativo Intangível	(57.489.841)	(220.011)	(57.709.852)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(44.891.829)	-	(44.891.829)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA	(32.041.749)	-	(32.041.749)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (a)	58.384.278	(282.752)	58.101.526
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (a)	<u>26.342.529</u>	<u>(282.752)</u>	<u>26.059.777</u>

VARIAÇÃO NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA (32.041.749) - (32.041.749)
(a) Valor referente a saldo de conta de Custódia considerado anteriormente com Caixa e Equivalentes de Caixa.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações completas estão sendo apresentadas de forma consistente entre os períodos, inclusive nas notas explicativas, e foram elaboradas de acordo com Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), mais especificamente o ICPC 01 - "Contratos de Concessão". (a) **Caixa e equivalente de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicação financeiras de alta liquidez, de curto prazo, resgatáveis sem perda de valor, que são registradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e não superam o valor de mercado. (b) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento** - A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos. (c) **Avaliação da Recuperabilidade de Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por impairment, exceto àquelas registradas no contas a receber a título de provisão de créditos para liquidação duvidosa. (d) **Intangível** - Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os bens relativos à concessão eram classificados como Imobilizado e registrados ao custo e depreciados pelo método linear, às taxas mencionadas em nota explicativa, levando em consideração a vida útil econômica dos bens definida no Contrato de Concessão. Como resultado da adoção do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou a totalidade do ativo Imobilizado para a epígrafe Intangível, conforme divulgado na Nota 9. (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens objeto do contrato de concessão estão registrados no ativo intangível e são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Amortização** - A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, utilizando o método linear baseado no prazo de 10 anos, conforme previsto no contrato de concessão. A amortização é reconhecida no resultado. Terrenos não são amortizados. (iii) **Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Intangíveis** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, sendo que as análises realizadas não apontaram necessidades de ajuste. (e) **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. - Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. - Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía impostos diferidos registrados em seu balanço. (f) **Receita** - (i) **Receita de venda de gás** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente. A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. (ii) **Receita de serviços** - A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos. As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao

comprador, se aplicável. (iii) **Contratos de construção - Receitas e custos** - As receitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 - Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidência das receitas e dos custos de construção. A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes habilitados para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Companhia integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para a distribuição de gás natural. No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida no resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que a Administração entende que a construção de infraestrutura não é uma fonte de receita e, portanto, de resultado, conforme demonstrado na nota explicativa 14.4. (iv) **Receitas financeiras e despesas financeiras** - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável da concessão são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. (g) **Benefícios a empregados** - (i) **Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Planos de contribuição definida** - As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. (h) **Demonstrações de valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira suplementar. (i) **Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As novas normas ou alterações de norma e interpretações que podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são: - **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)**. As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Para atender os novos requerimentos de divulgação, o Grupo pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. - **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)**- As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Até agora a Companhia não espera qualquer impacto significativo. -IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia não espera qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA
A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	12.209.571	9.340.796
Aplicações financeiras (a)	65.207.836	16.718.981
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	<u>77.417.407</u>	<u>26.059.777</u>
Conta de Custódia	282.752	282.752
Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia	<u>77.700.159</u>	<u>26.342.529</u>
(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2016 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas dentre 100,0% a 102,0% do CDI e são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia.		

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
TERMOPERNAMBUCO S.A. (a)	118.952.829	117.867.623
Outros	32.439.070	49.497.976
Total de contas a receber	<u>151.391.899</u>	<u>167.365.599</u>
(-)Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(946.122)	(946.122)
Circulante	57.342.118	57.337.784
Não Circulante (a)	<u>150.445.777</u>	<u>166.419.477</u>
(a)Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMOPERNAMBUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. Sua composição refere-se: (i) faturas vencidas (R\$ 61.611 mil); (ii) parte das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural pela COPERGÁS e repasse do custo equivalente à TERMOPERNAMBUCO (R\$ 57.342 mil), conforme descrito na Nota 17. A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:		

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	89.151.432	102.699.932
Vencidos até 90 dias	4.487.960	7.057.797
Vencidos há mais de 90 dias	<u>57.752.507</u>	<u>57.607.870</u>
	<u>151.391.899</u>	<u>167.365.599</u>

O movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao 'Contas a receber e outros recebíveis' durante o exercício foi o seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro de 2015		
Baixa de título com PCLD	783.834	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-
Reversão de PCLD	461.993	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(946.122)	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(946.122)	-

6 TRIBUTOS - 6.1 Tributos a Recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito Pis/Cofins (a)	34.651	227.315
IRRF	-	298.935
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	16.518.934	13.965.163

ICMS (R\$) 4.045.101 5.374.667
ISS Fonte - 311.392
20.598.686 20.177.472

(a) Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do Ativo Intangível e Retenções na fonte. Saldo em 31/12/2016 refere-se exclusivamente a retenção na fonte decorrentes de faturamento à Refinaria Abreu e Lima - RNEST. (b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2016 e 2015. Tais valores foram transferidos para o ativo circulante para compensações no exercício subsequente. (c) Saldo composto principalmente do crédito sobre aquisição de bens permanentes.

6.2 Tributos a Pagar

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a recolher - Regime normal	8.078.065	3.566.604
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	40.342	445.037
PIS/COFINS a recolher	1.383.165	1.742.992
IRRF - Folha de pagamento	169.279	173.160
INSS - Folha de pagamento	444.026	388.718
INSS retido na Fonte	87.753	161.801
ISS retido na fonte	121.563	182.427
ISS a recolher	94.842	312.412
Outros	239.465	233.521
	<u>10.658.500</u>	<u>7.206.672</u>

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro - (i) **Subvenções governamental** - Em 29 de dezembro de 2014, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0220/2014, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 1.943.100.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 1º de janeiro de 2014, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolou junto a Receita Federal do Brasil - RFB o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ. Através do Ato Declaratório Executivo DRF/REC Nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2015) a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. - (ii) **Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	82.840.531	82.840.531	51.505.802	51.505.802
Contribuição social				
Adições e exclusões Permanentes:				
Brindes e patrocínios	488.879	488.879	244.140	244.140
Provisões não dedutíveis	229.966	229.966	82.480	82.480
Reversão de provisões	(8.000)	(8.000)	(461.992)	(461.992)
Juros sobre Capital Próprio	(16.581.218)	(16.581.218)	(13.325.031)	(13.325.031)
Total	66.970.158	66.970.158	38.045.399	38.045.399
	25%	9%	25%	9%

Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação (16.718.540) (6.027.314) (9.487.440) (3.424.086)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet 712.254 - 428.265 -
(+/-) Outros (11.135) (4.009) -
Imposto de renda e contribuição social correntes (16.017.421) (6.031.323) (9.059.175) (3.424.086)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE 10.183.079 - 11.710.582 -
IR e contribuição social (5.834.342) (6.031.323) 2.651.407 (3.424.086)
(1) Está alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240mil/ano.

7 DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDAS E COMPRA DE GÁS - *Débitos nas operações de compra e venda de gás:* Os débitos referem-se ao recebimento de valores faturados a título de Take or Pay (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termoeletrico, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. *Créditos nas operações de compra e venda de gás:* O montante de R\$ 29.127.551 (R\$ 11.538.793 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firme flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivos, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente consumida durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença. A quantidade quitada e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato. Para o contrato de compra e venda de gás para a Termoper-nambuco, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano. Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados (e pagos): - Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergás, Termopernambuco e a Interveniente; - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato.

Movimentação dos Créditos nas operações de compra e venda de gás:

	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.538.793
(+) Adições	17.588.758
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29.127.551

A previsão para compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro a seguir.

	Em R\$
Previsão de compensação em 2017	201.590
Previsão de compensação em 2018	28.925.961
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29.127.551

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Processos trabalhistas	238.386	238.386
Processo nº. 2004.83.00.006156 - 0	(a) 308.330	288.065
Processo nº. 19647.002357/2003-14-G	(a) -	657.896
Processo nº. 19647.002358/2003-51-G	(a) 594.941	3.597.995
Processo nº. 2004.83.00.018397-5	(b) 649.962	606.505
Processo nº. 10480.012750/2002-01	(a) 6.620.544	6.228.314
Processo nº. 03782412420118190001	(c) 2.019.724	1.843.493
Outros	778.699	706.625
	<u>11.210.586</u>	<u>14.167.279</u>

(a) Refere-se a processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Refere-se a processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; (c) Refere-se a processo de cumprimento de sentença arbitral (TERMOPERNAMBUCO).

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	14.167.279	13.211.424
Adições	969.798	955.855

Continua

CONTINUAÇÃO...

Baixas	(3.926.491)	-
Saldo no final de exercício	11.210.586	14.167.279

9 INTANGÍVEL - A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços. Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da companhia. Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL						
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	890.982	-	890.982
Edificações	115.368	(31.564)	83.804	29.968	(9.589)	20.379
Benf. em imóveis de terceiros	5.395.572	(4.486.793)	908.779	5.347.522	(4.368.444)	979.078
Instalações	371.448.592	(195.932.651)	175.515.941	286.767.220	(169.578.881)	117.188.339
Móveis e utensílios	1.722.536	(1.072.727)	649.809	1.712.465	(969.376)	743.089
Máquinas e equipamentos	3.901.807	(1.604.320)	2.297.487	3.818.554	(1.042.965)	2.775.589
Equipamentos de informática	8.694.969	(4.156.269)	4.538.700	7.504.818	(3.495.005)	4.009.813
Obras em andamento	14.789.726	-	14.789.726	73.315.728	-	73.315.728
Participação financeira	10.040.000	(83.667)	9.956.333	-	-	-
Total	417.127.552	(207.367.991)	209.759.561	379.387.257	(179.464.260)	199.922.997

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL							
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2016		Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2016
Terrenos	-	890.982	-	128.000	-	-	1.018.982
Edificações	10	29.968	-	85.400	-	-	115.368
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.347.522	-	48.050	-	-	5.395.572
Instalações	10	286.767.220	-	5.232.366	79.449.006	-	371.448.592
Móveis e utensílios	10	1.712.465	-	10.071	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.818.554	-	83.253	-	-	3.901.807
Equipamentos de informática	10	7.504.818	-	371.111	819.040	-	8.694.969
Obras em andamento	10	73.315.728	-	32.287.117	(90.308.046)	(505.073)	14.789.726
Participação financeira	10	-	-	-	10.040.000	-	10.040.000
Subtotal		379.387.257	38.245.368	-	(505.073)	417.127.552	
(-) Amortização acumulada		(179.464.260)	(27.903.731)	-	-	(207.367.991)	
Total do intangível		199.922.997	10.341.637	-	(505.073)	209.759.561	

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL							
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2015		Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2015
Terrenos	-	890.982	-	-	-	-	890.982
Edificações	10	29.968	-	-	-	-	29.968
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.295.865	-	51.657	-	-	5.347.522
Instalações	10	273.711.658	-	5.326.518	7.729.044	-	286.767.220
Móveis e utensílios	10	1.428.922	-	283.543	-	-	1.712.465
Máquinas e equipamentos	10	3.465.606	-	352.948	-	-	3.818.554
Equipamentos de informática	10	6.560.383	-	944.435	-	-	7.504.818
Obras em andamento	10	30.514.032	-	50.750.751	(7.729.044)	(220.011)	73.315.728
Participação financeira	10	-	-	-	-	-	-
Subtotal		321.897.416	57.709.852	-	(220.011)	379.387.257	
(-) Amortização acumulada		(152.125.099)	(27.339.161)	-	-	(179.464.260)	
Total do intangível		169.772.317	30.370.691	-	(220.011)	199.922.997	

Do valor total de amortização calculada no exercício de 2016 de R\$ 27.903.731, apenas R\$ 27.539.011 foram contabilizados no resultado do exercício. A diferença de R\$ 364.720 refere-se a créditos de PIS/COFINS calculados sobre a amortização e R\$ 83.667 refere-se a amortização da Participação Financeira que é contabilizada em conta redutora no Passivo Não Circulante.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 10.1 Capital Social - O capital social é composto de 105.424.551 (2015 - 100.994.216) ações sem valor nominal, sendo 35.141.517 (2015 - 33.664.738) ações ordinárias, e 70.283.034 (2014 - 67.329.478) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 142.208.609 (2015 - R\$ 136.232.531). O capital autorizado é de 300.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

10.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 70.974.867 (2015 - R\$ 50.733.091), pode ser demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	70.974.867	50.733.091
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(3.548.744)	(2.536.654)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(10.183.079)	(11.710.582)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	57.243.044	36.485.855
Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 0,67 por ação (100% em 2015, R\$ 0,50 por ação), composta de:		
Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)	14.310.761	9.121.464
Juros sobre o capital próprio	16.581.218	13.325.031
Reserva de Retenção de Lucros	-	12.829.207
Dividendos adicionais propostos	40.661.826	10.331.617
Total Proposto	57.243.044	36.485.855

Os Juros sobre Capital Próprio, líquido de imposto de renda, R\$ 14.516.857 (2015 - R\$ 11.666.065) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos de acordo com a participação societária de cada acionista. Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte ao percentual de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Em 27/11/2015, na 83ª AGE, foi aprovada a transferência da reserva de retenção de lucros para dividendos a pagar do montante de R\$ 13.459.511 (referente à parte dos dividendos de 2012) que foram liquidados no decorrer do exercício de 2016. O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício atribuído aos acionistas da Companhia	70.974.867	50.733.091
Total de ações ordinárias e preferenciais	105.424.551	100.994.216
Lucro por ação	0,67	0,50

11 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(i) Operações com pessoal-chave da Administração - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a remuneração total, (salários e participação nos lucros) dos

conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 2.128.242 e R\$ 1.919.241, respectivamente.

(ii) Transações com partes relacionadas

	2016		2015	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Fornecedores (a)	152.525.222	-	157.097.875	-
Compra de gás natural	-	758.831.394	-	782.832.678

(a) Esses valores referem-se aos débitos existentes com a PETROBRAS, relacionados ao fornecimento de gás natural, inclusive os débitos existentes relacionados a controvérsia destacadas na Nota 16. A COPERGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS mantém contratos de fornecimento de Gás Natural, celebrados em 01/03/2009, sendo um na modalidade Firme Inflexível e outro na modalidade Interruptível. Em 30 de abril de 2015,

da no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora.

14 RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS - 14.1 Receita Líquida de Vendas			
	31/12/2016	31/12/2015	
Receita bruta de vendas e serviços	1.139.385.835	976.732.888	
Deduções da Receita Bruta	(6.532.060)	(2.612.314)	
Tributos sobre as vendas e serviços	(232.251.103)	(154.805.835)	
	900.602.672	819.314.739	

14.2 Despesas Comerciais

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(4.810.209)	(4.462.076)
Conversão de clientes	(3.570.561)	(2.614.859)
Captação de clientes	(354.867)	(579.528)
Outras	(630.488)	(447.120)
	(9.366.125)	(8.103.583)

14.3 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(13.785.522)	(13.197.085)
Tributárias	(13.002.038)	(4.027.248)
Serviços Pessoa Jurídica	(4.299.744)	(4.640.405)
Aluguéis	(1.718.205)	(1.601.272)
Participações e Contribuições	(1.913.898)	(969.958)
Administrativas	(5.748.623)	(4.722.490)
	(40.468.030)	(29.158.458)

14.4 Outras receitas (despesas) operacionais - De acordo com o contrato celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, tendo como interveniente a TERMOPERNAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica (TERMOPERNAMBUCO), por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará a COPERGÁS o valor equivalente a multiplicação da quantidade faltante pela remuneração da COPERGÁS.

Não foi registrada receita por falha de fornecimento de gás natural nos exercícios de 2016 e 2015. Também integram este item a Receita de Ship or Pay com a TERMOPERNAMBUCO no valor de R\$ 16.477.547 (2015 - R\$ 47.482.738), sendo que neste caso existe contrapartida em Outras Despesas Operacionais em montante equivalente, para pagamento à Petrobras, sendo um dos principais valores contemplados no item de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de TOP / SOP Termoelétrico	20.543.038	75.400.457
Receita de falha de programação Termoelétrico	661.540	3.939.652
Penalidade de programação Não Termoelétrico	2.686.834	5.188.686
Outras receitas operacionais	219.721	132.396
Total de receitas operacionais	24.111.133	84.661.191
Custo de TOP / SOP Termoelétrico	(20.543.038)	(75.400.424)
Custo de falha de programação Termoelétrico	(411.709)	(1.386.694)
Custo de TOP Não Termoelétrico	(5.088.379)	(2.769.449)
Reversão PCLD	-	461.992
Outros custos	(178.780)	(85.777)
Total de despesas operacionais	(26.221.906)	(79.188.352)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(2.110.773)	5.472.839

14.5 Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Juros/multas-obrigações fiscal e social	25.066	13.415
Juros e taxa sobre financiamentos	703.343	-
Descontos concedidos	104.625	16.988
Despesas bancárias	223.108	176.823
Outras despesas financeiras	14.684	568.137
Variações monetárias e cambiais	-	371.310
Total das Despesas Financeiras	(1.070.825)	(1.146.673)
Receita sobre aplicações Financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Juros e Multas	5.033.595	6.149.953
Atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais	2.073.060	1.167.442
Outras	2.022.933	2.451.288
	68.274	2.350
Total das Receitas Financeiras	9.197.862	9.771.033

14.6 Receita e Custo de Construção

Consoante o exposto na Nota 3, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de receita e, portanto, de resultado.

	2016	2015
Receita de Construção	37.740.295	57.489.841
Custo de Construção	(37.740.295)	(57.489.841)
Resultado	-	-

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos - A Companhia opera no mercado bancário nacional, com o objetivo de proteger o resultado das operações ativas e passivas. A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos que proíbe a negociação especulativa e comercial, onde os contratos são firmados com instituições de grande porte e que apresentam experiência com instrumentos financeiros desta natureza. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito (ii); - Risco de liquidez (iii); e - Risco de mercado (iv). (i) **Estrutura de gerenciamento de risco** - O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** - A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa 14.1. A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com cada segmento comercial. A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes está conforme apresentada na nota explicativa nº 5. A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes. **Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 77.417.407 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$ 26.059.777). O risco associado ao saldo de 'Caixa e equivalentes de caixa' é minimizado através da seleção de instituições financeiras bem conceituadas. (iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 30 dias. A Companhia

Continua

CONTINUAÇÃO...

monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". (iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros** - A companhia entende que a exposição de risco de taxas de juros relativo aos passivos financeiros está limitada ao empréstimo firmado junto ao BNB, que se encontra em fase de amortização, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste - FNE, e tem taxas pré-fixadas. Com relação aos ativos financeiros, as aplicações realizadas atendem aos critérios definidos em Política de Aplicação Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece requisitos para escolha de instituições financeiras, seleção de modalidades de aplicação e concentração de recursos. Confirmamos que os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição ao juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

16 COBERTURA DE SEGUROS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo intangível no montante de R\$ 473.397.558,01, bem como seguros de responsabilidade civil para as operações no montante de R\$ 5.000.000,00, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

17 PROCESSOS JUDICIAIS - A Companhia possui ações judiciais, na qual a Companhia figura como polo passivo, que segundo seus consultores jurídicos contratados apresentam risco de perda possível e não se encontram provisionados. A ação que se destaca é a Ação Ordinária para Rescisão Antecipada do Contrato Administrativo DTC 001/05, cumulada com Indenização por Perdas e Danos, movida pela GDK S.A., que pleiteia a rescisão indireta do referido Contrato e indenização por prejuízos estimados em R\$ 85 milhões. Em março de 2010, foi proferida sentença que acolheu parcialmente o pedido autoral de rescisão indireta do contrato, determinando que seus efeitos jurídicos retroajam até janeiro de 2008, além de condenar a Companhia a reparar a GDK S.A. por todos os prejuízos suportados. Em abril de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contra a sentença, os quais foram rejeitados. Tanto a Companhia como a GDK S.A. interpuseram apelações contra a sentença. Em novembro de 2010, foi publicada decisão monocrática por meio da qual o Desembargador Relator da Apelação intimou a COPERGÁS para se manifestar acerca do pedido de habilitação do Estado de Pernambuco como seu assistente de defesa nos autos. A COPERGÁS manifestou-se favoravelmente ao ingresso do Estado de Pernambuco como assistente de defesa, o qual foi acolhido pelo Desembargador Relator do processo. Em julho de 2014 foi proferida decisão de 2ª instância em que as apelações foram julgadas, tendo sido anulada a sentença de mérito de 1ª instância, para que a instrução processual seja reaberta visando oportunizar as partes a produção de provas, e consequentemente seja realizado novo julgamento. Tanto Copergás como GDK apresentaram embargos de declaração, os quais foram julgados, tendo COPERGÁS e GDK S.A. apresentado recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), se encontrando pendentes de julgamento. Em 26 de outubro de 2015, o Recurso Especial da Copergás foi inadmitido. Em 16 de novembro de 2015, a Copergás interpôs Agravo contra a decisão que inadmitiu o seu Recurso Especial. Em 12 de janeiro de 2016, a GDK foi intimada a apresentar contrarrazões ao Agravo da Copergás. Em 5 de outubro de 2016, os autos do Recurso Especial da GDK foram distribuídos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o nº RESp 1.631.180, com relatoria do Ministro Moura Ribeiro da 3ª Turma. Em 14 de outubro de 2016, o Ministro Relator determinou a remessa dos autos ao Ministro Gurgel de Faria para verificar a prevenção com o AResp nº 822263/PE. Em 14 de dezembro de 2016, o Ministro Relator Gurgel de Faria reconheceu a prevenção, determinando-se a redistribuição para sua relatoria. No momento, aguarda-se o prosseguimento do feito. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2016, segundo os consultores jurídicos, está estimado em um montante de cerca de R\$ 211 milhões e consideram a probabilidade de perda possível.

17.1 CONTROVÉRSIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARA A TERMOPER-NAMBUCO - Em setembro de 2010 a TERMOPER-NAMBUCO S.A. ingressou com pedido de arbitragem perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) na cidade do Rio de Janeiro, processo arbitral autuado sob o n. 2010.00865. O ingresso se deu contra a COPERGÁS, cujo pedido foi pela solução de controvérsia da improcedência de repasse do ICMS interestadual no custo de aquisição do gás natural vendido pela COPERGÁS àquela usina termelétrica. A COPERGÁS sustentou que em razão da Lei que isentava o ICMS nas vendas internas de gás canalizado para as usinas termelétricas no Estado de Pernambuco, o ICMS interestadual deixou de ser não cumulativo para figurar como cumulativo, sendo possível repassá-lo ao custo do gás. O Tribunal Arbitral proferiu sentença final em 15 de junho de 2011, julgando-se procedente o pedido feito pela TERMOPER-NAMBUCO para que cessasse o repasse do ICMS interestadual ao custo de aquisição do gás natural pela COPERGÁS. Em 22 de agosto de 2011 a COPERGÁS ingressou com ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001. A sentença judicial de 1ª instância foi publicada em 09.01.2013, extinguindo o processo com julgamento do mérito, declarando-se a decadência do Direito de ação da Copergás. A Copergás interpôs apelação cível em 14 de fevereiro de 2013, tendo sido provido o recurso à unanimidade, em abril de 2014, pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desconstituindo e anulando a sentença arbitral e o processo de arbitragem para o seu início, para que a Petrobras seja parte no processo. A TERMOPER-NAMBUCO apresentou recurso especial (Resp.) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo negado seguimento pelo TJ/RJ. Em Novembro/2014, a TERMOPER-NAMBUCO apresentou Agravo de Instrumento para que o (STJ) apreciasse a decisão do (TJ/RJ). Agravo este distribuído sob o nº 655301/RJ. Em 02 de março de 2015 foi publicada decisão monocrática dando provimento ao agravo em recurso especial para apreciar o recurso especial interposto pela Termoper-nambuco. Em 13 de março de 2015 o recurso especial foi distribuído sob o nº 1519041/RJ. Em 01 de setembro de 2015 foi realizado o julgamento do recurso especial interposto pela Termoper-nambuco, sendo provido, por votação unânime, sendo publicado o acórdão em 11.09.2015. Em 18 de setembro de 2015 a COPERGÁS opôs embargos de declaração, sendo-os julgados improvidos. O processo será remetido do STJ para que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realize novo julgamento para os outros pedidos formulados na ação e não apreciados em quaisquer das instâncias do Poder Judiciário, conforme determinou o próprio acórdão do STJ. Assim, caso qualquer destes pedidos remanescentes seja acolhido, o resultado será o mesmo: a anulação da sentença arbitral discutida. Poucos dias após o ajuizamento da ação anulatória de sentença arbitral, a TERMOPER-NAMBUCO ingressou com ação de cumprimento de sentença arbitral, que tramita pela 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, sob o número 300946-08.2011.8.19.0001. Nessa ação, o juízo decidiu pela liberação à TERMOPER-NAMBUCO dos valores até então depositados por ela na Conta de Custódia. Também como reflexo da referida decisão, a partir de agosto de 2011 a COPERGÁS deixou de faturar contra a TERMOPER-NAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual da operação de compra do produto perante a Petrobras. Após ter deixado de faturar contra a TERMOPER-NAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual, a COPERGÁS passou a declarar controversos os respectivos valores que lhe foram cobrados pela Petrobras, valores estes que vinham sendo depositados em Conta de Custódia, sendo reconhecidos contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia, juntamente com os valores anteriormente declarados controversos pela TERMOPER-NAMBUCO. Em outubro de 2013, foi firmada a

transferência financeira entre COPERGÁS e PETROBRAS dos valores que estavam depositados em conta de custódia até então, no montante de R\$ 53.087 mil, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva de que os valores transferidos permaneceram em controvérsia. Desde então a COPERGÁS vinha liquidando na sua integralidade, todos os títulos com a PETROBRAS, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva dos valores, mas sem deixar de constituir a controvérsia contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia. Em contrapartida, como rubrica retificadora são registrados todos os pagamentos decorrentes dessa mesma controvérsia. Diante desse cenário, os advogados da Companhia avaliaram como possível o êxito da COPERGÁS no procedimento judicial que requer a anulação da sentença arbitral, motivo pelo qual, o montante a valores históricos, objeto da controvérsia declarada pela TERMOPER-NAMBUCO e que se encontrava depositado na Conta de Custódia, até então contabilizado no Ativo Circulante como valores depositados em controvérsia, após ter sido restituído à TERMOPER-NAMBUCO, foi reclassificado dentro do próprio Ativo Circulante, e posteriormente para o Ativo Não Circulante, para a rubrica de contas a receber de clientes. Demais disso, considerando que a decisão de anulação da sentença e do processo arbitral iniciado pela TERMOPER-NAMBUCO, proferido pelo TJ/RJ não possuiu efeito suspensivo e ante a não existência de qualquer recurso dotado desse efeito que impedisse a produção imediata dos regulares efeitos jurídicos oriundos da decisão, a Copergás retomou o processo de faturamento que era realizado até o início de 2011, passando a cobrar o ICMS interestadual à TERMOPER-NAMBUCO como custo do gás, o que durou até 11 de maio de 2015 quando por meio da medida cautelar, Processo nº: 24.294/RJ, a TERMOPER-NAMBUCO obteve o efeito suspensivo do julgado pelo TJRJ. Em 31 de dezembro de 2016 o balanço dos valores totais envolvidos em controvérsia era de R\$ 192 milhões, como apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Controvérsia declarada pela TERMOPER-NAMBUCO (a)	32.443.744	32.443.744
Controvérsia declarada pela COPERGÁS (b)	134.388.429	113.495.467
Valores faturados e não pagos pela TERMOPER-NAMBUCO (c)	25.176.673	25.176.673
Valores totais em discussão	192.008.846	171.115.884
Valores Pagos em controvérsia	(134.339.540)	(115.647.351)
Saldo	57.669.306	55.468.533
Circulante	-	-
Não Circulante	57.669.306	55.468.533
	57.669.306	55.468.533

(a) Controvérsia declarada pela TERMOPER-NAMBUCO dentre dez/2007 e ago/2011;
(b) Controvérsia declarada pela COPERGÁS dentre set/2011 a set/2014 e mai/2015 a mar/2016;
(c) Valores faturados de out/2014 a abr/2015 não pagos pela TERMOPER-NAMBUCO sem declaração de controvérsia.

Em 14 de dezembro de 2015 foi aprovada a Lei nº 15.674, que revoga a Lei nº 12.556, de 7 de abril de 2004, revogando portanto a isenção do ICMS nas vendas internas de gás natural utilizado por usina termelétrica. Tal lei produziu seus efeitos a partir de 1º de abril de 2016, pelo que cessou a isenção de ICMS no Estado para fins de fornecimento de gás às usinas termelétricas, passando a operação de venda de gás à Termoper-nambuco a ter a tributação normal pelo ICMS. Em 09.09.2013 a COPERGÁS foi notificada pela PETROBRAS S.A. sobre a instauração de arbitragem n. 2013.00890, que tramita perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). O objeto consiste na cobrança do valor do ICMS em razão da venda interestadual de gás. A PETROBRAS aditiu à inicial para incluir a TERMOPER-NAMBUCO no polo passivo e acrescer o pedido de equilíbrio econômico financeiro dos contratos, tendo em vista a defasagem do preço do gás. A TERMOPER-NAMBUCO se manifestou pela sua exclusão da arbitragem, o que foi objeto de impugnação pela COPERGÁS e PETROBRAS. Em 17.06.2015 a COPERGÁS se manifestou sobre a petição inicial da PETROBRAS, explanando sobre os pontos de sua defesa. Em 18.09.2015 o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) nomeou os árbitros para comporem o tribunal arbitral, diante das divergências das partes. A arbitragem possui alegações iniciais; Respostas das Partes; Réplicas das Partes; pareceres e contra pareceres técnicos, ainda se encontrando em fase de produção de provas. O Tribunal Arbitral decidiu: i) pela rejeição do pedido da Termoper-nambuco de exclusão da arbitragem; ii) pela inexistência de confusão com o objeto da decisão do procedimento arbitral anterior, não se inviabilizando, assim, a apresentação dos pedidos formulados pela Copergás; e, iii) Pela rejeição da alegação de falta de interesse de agir da Copergás quanto aos seus pedidos subsidiários. A arbitragem se encontra em trâmite e na fase de produção de provas.

18 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - Em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Resultados pelos empregados aprovada pelo Conselho de Administração, foi proposto o Programa de Participação nos Resultados - PPR para o exercício 2016, negociado nos termos do Inciso I do Art. 2º da referida Lei. Também para o exercício 2016 foi estabelecido o Programa de Participação nos Lucros - PPL, com base nas disposições contidas na Lei Nº. 6.404/1976 e na Política de Participação nos Lucros pelos Diretores aprovada pelo Conselho de Administração. O valor provisionado para o exercício de 2016 a título de Participação nos Lucros aos Diretores e Participação nos Resultados aos empregados foi de R\$ 1.913.897,77, e está apresentado na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas" na demonstração do resultado consolidado.

19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - A Companhia oferece desde 2010 aos empregados plano de previdência privada, na modalidade plano fechado de contribuição definida, em que a contribuição da empresa é paritária à contribuição do empregado até o limite de 6% do salário, conforme opção do empregado. O Plano GASPREV é um plano autopatrocinado administrado pela PETROS, totalmente desvinculado dos demais planos administrados pela mesma, não havendo solidariedade entre a COPERGÁS na qualidade de patrocinadora e os demais patrocinadores ou instituidores dos demais planos de previdência administrados pela PETROS. No decorrer de 2016 as contribuições totais ao plano somaram R\$ 1.076.310,55 dos quais R\$ 540.698,10 referem-se aos valores patrocinados pela COPERGÁS.

DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
Diretor Presidente

RAFAEL ANTONIO BETTINI GOMES
Diretor Administrativo-Financeiro

JAILSON JOSÉ GALVÃO
Diretor Técnico-Comercial

ALEXANDRE CARLOS DE CARVALHO LISBÔA
Contador CRC-PE 016.912/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Conselheiros e Diretores da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS Recife/PE

nambucana de Gás - COPERGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** Conforme mencionado nas Notas Explicativas 3d (ii) e 9, o balanço patrimonial da Companhia possui na rubrica de intangível o montante de R\$ 209.760 mil e amortização registrada no resultado do exercício de R\$ 27.339 mil. A Companhia desde a adoção inicial da interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão manteve a amortização do saldo de ativo intangível utilizando a vida útil de 10 anos para todos os ativos, muito embora o prazo do contrato de concessão fosse de 50 anos e que as vidas úteis dos ativos pudessem ser diferentes de 10 anos. A Companhia não elaborou análise da vida útil dos ativos para determinar qual prazo a ser considerado para a amortização do intangível, ou seja, o menor entre o prazo de concessão e vida útil dos ativos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes em relação ao saldo de intangível em 31 de dezembro de 2016 e da amortização registrada no resultado do exercício, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 1º de março de 2016. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 7 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

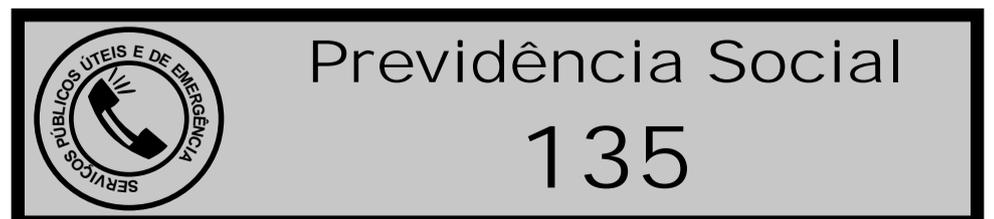
Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Per-

Continua



Conselho Tutelar
100



Previdência Social
135

CONTINUAÇÃO...

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2016, sendo de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da COPERGÁS. Tal posição tomou como base o Relatório da KPMG Auditores Independentes de 07 de março de 2017.

Recife, 23 de março de 2017.

MARCOS BAPTISTA ANDRADE

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

RENATO XAVIER THIÉBAUT

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

SILENO SOUSA GUEDES

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

ELIANA DE MENEZES BANDEIRA

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

VALDECI BERTAGLIA

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

(F)

ebrasil		CENTRAIS ELÉTRICAS DE PERNAMBUCO S.A. - EPESA		CNPJ nº 06.212.748/0001-34		www.ebrasilenergia.com.br																																																																																																																	
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31/12/2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)																																																																																																																							
Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Recife, 28 de março de 2017. A Administração.																																																																																																																							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2016 E 2015 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)																																																																																																																			
Ativo	Nota	2016	2015		2016	2015																																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.690	15.436	Receita operacional líquida	20	203.163	829.122																																																																																																																
Contas a receber	5	26.268	39.433	(-) Custo dos produtos vendidos	21	(125.662)	(593.765)																																																																																																																
Estoques	6	22.835	22.917	Lucro bruto		77.501	235.357																																																																																																																
Tributos e contribuições a recuperar	7	8	39	Despesas/receitas operacionais																																																																																																																			
Outros créditos	8	2.559	5.017	Gerais e administrativas	22	(16.671)	(24.494)																																																																																																																
Total do ativo circulante		69.360	82.842	Outras receitas líquidas		519	301																																																																																																																
Não circulante				Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.349	211.164																																																																																																																
Outras contas a receber	8	11.082	11.476	Receitas financeiras		2.901	7.054																																																																																																																
Tributos e contribuições a recuperar	7	53.967	52.082	Despesas financeiras		(16.140)	(16.471)																																																																																																																
Partes relacionadas - Mútuos	9	2.074	7.858	Resultado financeiro líquido	23	(13.239)	(9.417)																																																																																																																
Imobilizado	10	190.183	209.675	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		48.110	201.747																																																																																																																
Intangível		132	114	Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	24	(12.846)	(63.522)																																																																																																																
Diferido	11	5.634	7.965	(-) Incentivo Fiscal SUDENE	24	8.265	37.231																																																																																																																
Total do ativo não circulante		263.072	289.170	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	24	(3.211)	(2.979)																																																																																																																
Total do ativo		332.432	372.012	Lucro líquido do exercício		40.318	172.477																																																																																																																
Passivo	Nota	2016	2015	Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)		1,29	5,51																																																																																																																
Fornecedores	12	10.735	14.355	Quantidade de ações por lote de mil ações		31.310	31.310																																																																																																																
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	914	1.474	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																			
Debêntures	14	14.091	12.058	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em milhares de Reais)																																																																																																																			
Impostos e contribuições sociais	15.a	1.336	9.423		2016	2015																																																																																																																	
Taxas regulamentares	16	7.531	13.124	Lucro líquido do exercício		40.318	172.477																																																																																																																
Outras contas a pagar	17	3.511	3.197	Outros resultados abrangentes		-	-																																																																																																																
Total do passivo circulante		38.118	53.631	Resultado abrangente total		40.318	172.477																																																																																																																
Não circulante				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																			
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	33	796	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)																																																																																																																			
Debêntures	14	83.308	96.462		2016	2015																																																																																																																	
Impostos e contribuições sociais	15.a	-	240	Fluxo de caixa das atividades operacionais		40.318	172.477																																																																																																																
Partes relacionadas - Mútuos	9	163	34	Lucro líquido do exercício		40.318	172.477																																																																																																																
Passivo fiscal diferido	15.b	16.486	13.276	Ajustes por:																																																																																																																			
Provisões para contingência	18	7.469	6.911	Depreciação de imobilizado		14.251	13.355																																																																																																																
Taxas regulamentares	16	7.887	-	Amortização de diferido		2.331	2.331																																																																																																																
Total do passivo não circulante		115.346	117.719	Amortização do intangível		35	-																																																																																																																
Patrimônio líquido				Valor residual de imobilizado baixado		13.198	-																																																																																																																
Capital social	19	31.310	31.310	Impostos diferidos		3.210	-																																																																																																																
Reserva de lucros	19	147.658	169.352	Juros provisionados		11.956	15.165																																																																																																																
Total do patrimônio líquido		178.968	200.662	Provisão para contingência		558	-																																																																																																																
Total do passivo e Patrimônio Líquido		332.432	372.012			85.857	203.328																																																																																																																
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																							
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em milhares de Reais)				Variações patrimoniais																																																																																																																			
Reservas de lucros				<table border="1"> <thead> <tr> <th>Capital Social</th> <th>Reserva incentivo fiscal</th> <th>Reserva legal</th> <th>Reserva de retenção de lucros</th> <th>Lucros Acumulados</th> <th>Total</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2015</td> <td>31.310</td> <td>95.799</td> <td>6.262</td> <td>183.436</td> <td>-</td> <td>316.807</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>172.477</td> <td>172.477</td> <td>Redução (aumento) nos ativos circulante e não circulantes</td> </tr> <tr> <td>Destinação do resultado do Exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Redução (aumento) em contas a receber de clientes</td> </tr> <tr> <td>Reserva de Incentivo Fiscal</td> <td>-</td> <td>37.231</td> <td>-</td> <td>(37.231)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>Redução (aumento) em estoques</td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(183.435)</td> <td>(105.187)</td> <td>(288.622)</td> <td>Redução (aumento) em impostos a recuperar</td> </tr> <tr> <td>Reserva de retenção de Lucros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>30.059</td> <td>(30.059)</td> <td>-</td> <td>Redução (aumento) em outras contas a receber</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2015</td> <td>31.310</td> <td>133.030</td> <td>6.262</td> <td>30.060</td> <td>-</td> <td>200.662</td> <td>Aumento (redução) nos passivos circulante e não circulantes</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>40.318</td> <td>40.318</td> <td>Aumento (redução) em fornecedores</td> </tr> <tr> <td>Destinação do resultado do Exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Redução (aumento) em impostos e contribuições</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivo fiscal</td> <td>-</td> <td>8.265</td> <td>-</td> <td>(8.265)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>Redução (aumento) em taxas regulamentares</td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos, incluindo dividendos obrigatórios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(62.012)</td> <td>(62.012)</td> <td>-</td> <td>Aumento (redução) em outros passivos</td> </tr> <tr> <td>Reserva de retenção de Lucros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32.054</td> <td>(32.054)</td> <td>-</td> <td>Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2016</td> <td>31.310</td> <td>141.295</td> <td>6.262</td> <td>102</td> <td>-</td> <td>178.968</td> <td>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social	Reserva incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total			Saldos em 01/01/2015	31.310	95.799	6.262	183.436	-	316.807		Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	172.477	172.477	Redução (aumento) nos ativos circulante e não circulantes	Destinação do resultado do Exercício:							Redução (aumento) em contas a receber de clientes	Reserva de Incentivo Fiscal	-	37.231	-	(37.231)	-	-	Redução (aumento) em estoques	Dividendos pagos	-	-	-	(183.435)	(105.187)	(288.622)	Redução (aumento) em impostos a recuperar	Reserva de retenção de Lucros	-	-	-	30.059	(30.059)	-	Redução (aumento) em outras contas a receber	Saldos em 31/12/2015	31.310	133.030	6.262	30.060	-	200.662	Aumento (redução) nos passivos circulante e não circulantes	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.318	40.318	Aumento (redução) em fornecedores	Destinação do resultado do Exercício:							Redução (aumento) em impostos e contribuições	Reserva de incentivo fiscal	-	8.265	-	(8.265)	-	-	Redução (aumento) em taxas regulamentares	Dividendos pagos, incluindo dividendos obrigatórios	-	-	-	(62.012)	(62.012)	-	Aumento (redução) em outros passivos	Reserva de retenção de Lucros	-	-	-	32.054	(32.054)	-	Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais	Saldos em 31/12/2016	31.310	141.295	6.262	102	-	178.968	Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Capital Social	Reserva incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total																																																																																																																		
Saldos em 01/01/2015	31.310	95.799	6.262	183.436	-	316.807																																																																																																																	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	172.477	172.477	Redução (aumento) nos ativos circulante e não circulantes																																																																																																																
Destinação do resultado do Exercício:							Redução (aumento) em contas a receber de clientes																																																																																																																
Reserva de Incentivo Fiscal	-	37.231	-	(37.231)	-	-	Redução (aumento) em estoques																																																																																																																
Dividendos pagos	-	-	-	(183.435)	(105.187)	(288.622)	Redução (aumento) em impostos a recuperar																																																																																																																
Reserva de retenção de Lucros	-	-	-	30.059	(30.059)	-	Redução (aumento) em outras contas a receber																																																																																																																
Saldos em 31/12/2015	31.310	133.030	6.262	30.060	-	200.662	Aumento (redução) nos passivos circulante e não circulantes																																																																																																																
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.318	40.318	Aumento (redução) em fornecedores																																																																																																																
Destinação do resultado do Exercício:							Redução (aumento) em impostos e contribuições																																																																																																																
Reserva de incentivo fiscal	-	8.265	-	(8.265)	-	-	Redução (aumento) em taxas regulamentares																																																																																																																
Dividendos pagos, incluindo dividendos obrigatórios	-	-	-	(62.012)	(62.012)	-	Aumento (redução) em outros passivos																																																																																																																
Reserva de retenção de Lucros	-	-	-	32.054	(32.054)	-	Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais																																																																																																																
Saldos em 31/12/2016	31.310	141.295	6.262	102	-	178.968	Fluxo de caixa das atividades de investimentos																																																																																																																
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																							
Dionon Lustosa Cantarelli Junior - Diretor Presidente José Roriz Lustosa Cantarelli Junior - Diretor de Suprimentos Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - Diretora de Controladoria				Alexandre Silva Macedo - Diretor Vice Presidente Carlos Wilson Silva Ribeiro - Diretor Financeiro Ricardo Sérgio Jansen Monteiro - Contador CRC-PE-022.327-O-7																																																																																																																			
O Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 está sendo publicado na íntegra no jornal DCI do dia 30/03/2017.																																																																																																																							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																							

(91931)

Consulte o nosso site: www.cepe.com.br